

O BRASIL CORDIAL DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA VISTO ATRAVÉS DA LITERATURA

Marlise Sapiecinski (PUC/PR)

A partir da interpretação crítica de textos literários de autores como Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, este estudo pretende rediscutir o conceito de cordialidade elaborado por Sérgio Buarque de Holanda, procurando relacionar o pensamento sociológico do autor de *Raízes do Brasil* com a forma como alguns nomes consagrados da nossa literatura construíram, através da ficção, cada um a seu modo e tempo, imagens do Brasil e do homem brasileiro.

Como um dos mais lúcidos intérpretes do país, Sérgio Buarque de Holanda procurou avaliar, sob novas luzes, as bases sócio-culturais e políticas que sustentaram nossa formação histórica, tentando tornar assim o país um pouco mais inteligível aos próprios brasileiros. Por outro lado, entende-se que retomar os estudos de intelectuais que construíram interpretações paradigmáticas sobre o país, contribuindo para a construção da identidade nacional, é condição necessária para uma reflexão sobre o Brasil de ontem, de hoje e, sobretudo, de amanhã. E mais: relacionar esses conceitos com o que pode ser vislumbrado na literatura, desde o início do século XIX, revela que a criação literária sempre manteve um diálogo muito próximo com outras formas de conhecimento, muitas vezes antecipando aquilo que o pensamento científico só mais tarde transformaria em saber institucionalizado.

É sabido que, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, e, na sequência, com o processo de independência política, em 1822, o país caminha aos poucos rumo a uma já tardia “modernização”. Entretanto, é só no final do século XIX que vamos perceber mais claramente a passagem de um Brasil agrário para um Brasil urbano, que se quer moderno, embora ainda não tenha conseguido se livrar de velhos vícios, como, por exemplo, o personalismo que vemos prolongado no espaço e no tempo, profundamente enraizado na máquina pública, gangrenando suas estruturas, como nos mostra Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

Por outro lado, ao se pensar as relações entre literatura e sociedade, são necessárias algumas considerações sobre certos aspectos da cultura brasileira, que poderiam ser encarados como traços característicos nossos, trabalhados de maneiras diferentes, de acordo com o pensamento e a estética predominante na época em que cada um dos autores que escolhemos analisar escreveu.

Assim, relacionar o “homem cordial”, filho do patriarcalismo – de acordo com o modo como ele foi definido por Sérgio Buarque de Holanda –, com Leonardo, o primeiro malandro da literatura brasileira, de Manuel Antônio de Almeida; identificá-lo ainda na figura do Medalhão, de Machado de Assis; contrastá-lo com Policarpo Quaresma, o visionário da República do Brasil, de Lima Barreto; aproximá-lo de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter e sem pai, de Mário de Andrade; e, por fim, localizá-lo, quem sabe, na trajetória individual de Drummond, que, “ínapto para as cavalhadas e os trabalhos brutais”, se deslocou das fazendas de Itabira para as repartições públicas do Rio de Janeiro, como se pode ver poetizado em “Os bens e o sangue”, talvez ajude a compreender o modo como certos males estão enraizados na estrutura político-social que compõe o Brasil enquanto nação.

Tomado isoladamente, o “homem cordial” – expressão na verdade colhida por Sérgio Buarque de Holanda em Ribeiro Couto – exigiu do autor de *Raízes do Brasil* um percurso histórico em busca de sua gênese e seus conseqüentes desdobramentos. Ele nos lembra que as diferenças entre Família e Estado não se situam nos tempos modernos, em linha de continuidade, como pensavam os românticos, visto que elas implicam numa ruptura entre ambos, o que no Brasil não ocorreu de forma tão bem delineada, se considerado o fato de que a transgressão faz parte da passagem de uma sociedade

patriarcal para uma sociedade tipicamente moderna; e ainda mais se não nos esquecermos de que é "só pela transgressão da ordem doméstica e familiar que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade" (HOLANDA, 1997, p. 141). Não se trata, pois, da evolução dentro de uma mesma ordem – o que se registra é uma oposição entre duas ordens, isto é, entre a lei geral e a lei particular, entre o público e o privado. Os movimentos na história que relatam a passagem de um registro para outro reconhecem aí sempre momentos de crise que têm os seus efeitos sobre a sociedade. É sobre esses momentos cruciais que este estudo pretende refletir, procurando localizá-los não na história oficial e sim no panorama político, social e cultural que a literatura, em épocas diferentes, logrou traçar.

Desse modo, interessa perceber a forma como a literatura brasileira, desde a independência do Brasil, especialmente, vem lidando com as questões da brasilidade, em momentos distintos, tendo em vista, aqui, a leitura crítica da obra de autores representativos de diferentes estéticas, como Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, bem como os diálogos que podemos estabelecer, nesse sentido, entre a imagem do Brasil construída através da ficção e o pensamento sociológico de Sérgio Buarque de Holanda. Em outras palavras, importa-nos pensar em que sentido a leitura crítica de obras ícones, como *Raízes do Brasil*, no campo da Sociologia, e *Memórias de um Sargento de Milícias*, "Teoria do Medalhão", *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Macunaíma* e "Os bens e o sangue", no campo da Literatura, pode-nos ajudar na compreensão de nossas mazelas sociais, o que, por sua vez, num primeiro momento, implica em dois outros questionamentos: o que a figura do herói, ou antes, do "anti-herói", presente em cada um dos textos literários acima mencionados, tem em comum com a figura do "homem cordial", sugerida por Sérgio Buarque de Holanda? E em que medida as relações estabelecidas entre literatura e sociedade são capazes de nos mostrar que a criação ficcional sempre manteve um diálogo muito próximo com outras formas de conhecimento, muitas vezes antecipando aquilo que o pensamento científico só mais tarde transformaria em saber institucionalizado, como foi acima sugerido?

Partindo, assim, de um enfoque sociológico e valendo-se, nesse sentido, dos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, pretende-se aprofundar o exame das relações entre literatura e sociedade, refletindo acerca das complexas questões que o conceito de "cordialidade", elaborado pelo autor de *Raízes do Brasil*, envolve, sobretudo quando se pensa na construção de uma identidade nacional através do discurso literário.

A rigor, o estudo da literatura, como o de qualquer outro campo de observação que se ofereça ao homem, pressupõe o amparo teórico de uma ciência que dê conta dos problemas que a prática do questionamento suscita. Para tanto, faz-se necessário empreender um esforço crítico que permita compreender os discursos que procuram refletir acerca da realidade brasileira, neste caso, tanto do ponto de vista sociológico quanto do ponto de vista literário, relacionando-os, até onde seja possível fazê-lo. Isso permite que, sem deixar de considerar que se tratam de saberes diferentes, se olhe com igual atenção aquilo que a ficção e a Sociologia afirmam sobre a identidade nacional, a partir das imagens que construíram acerca do homem e da sociedade brasileira.

Para começar, faz-se necessário retomar o conceito de "cordialidade" da forma como foi definido por Sérgio Buarque de Holanda. Entende-se, pois, por "homem cordial" aquele que, no âmbito público, deixa prevalecer a exacerbação do afeto e dos laços de sangue, privilegiando os interesses pessoais em detrimento dos interesses sociais, mostrando-se incapaz de separar o espaço público do privado, como secularmente se faz ver no Brasil. Esse fator pode muito bem explicar muitos dos problemas crônicos registrados em nossa vida social, política e afetiva, sobretudo se compreendermos que *o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos*

agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo (HOLANDA, 1997, p. 141). Formados, contudo, em um ambiente que sempre privilegiou as relações pessoais, não era tão simples aos detentores de cargos públicos de responsabilidade compreenderem a distinção fundamental entre um domínio e outro. Desse modo, foram-se sucedendo, na história política do Brasil, as situações onde a vida pública comparece amplamente contaminada pela vida privada, onde os laços de sangue e de afeto fornecem o modelo quase que obrigatório de qualquer composição política-organizacional aqui estabelecida, comprometendo assim as relações sociais.

Vejam, então, primeiramente, que tipo de relação é possível fazer entre o “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, e Leonardo, o primeiro malandro da literatura brasileira, de *Memórias de um Sargento de Milícias*. Começamos lembrando que, subvertendo as leis, apadrinhado por todos os lados, o nosso *memorando* Leonardo, como cinicamente o trata o narrador, alça, num piscar de olhos, o posto de Sargento, depois de, sem desprender nenhum esforço, ficar rico, ao se tornar, já no final da narrativa, o principal beneficiário de não menos do que cinco heranças. Não dá para deixar de reconhecer aí o famoso “jeitinho brasileiro” a revelar-se no modo como se burla a lei e os interesses sociais para favorecer determinados indivíduos ligados a algum tipo de poder maior. No caso da narrativa de Manoel Antônio de Almeida, Leonardo é literalmente apadrinhado pelo Compadre, que é ajudado pela Comadre, que por sua vez pede ajuda a uma senhora rica, a burguesa Dona Maria, que, por seu turno, se vale da influência “amorosa” que a Maria Regalada exerce sobre o Major Vidigal, representante supremo da lei e da ordem, mas nem por isso menos subornável, tanto que se deixa corromper pelas agradáveis promessas da ex-amante. Assim, levado por um carrossel da alegria, onde predomina a lei do menor esforço, e valendo-se das relações pessoais estabelecidas entre os seus “protetores”, Leonardo, como todo bom malandro, acaba se dando mais do que bem. E o que se vê não é mais do que um dos modos como se burla, desde o *tempo do rei*, as normas a favor de interesses particulares.

É, contudo, na figura do Medalhão, delineada por Machado de Assis, no conto “Teoria do Medalhão”, onde vamos encontrar perfilado com maior exatidão o nosso “homem cordial”. Nesse conto, o pai dispõe-se a ensinar ao filho, quando este completa a maioridade, como se tornar uma figura pública e assim colher benefícios pessoais. Para começar, lembra-lhe que não precisa abraçar nenhuma causa concreta, defender qualquer princípio moral rigoroso, firmar-se em valores definitivos, basta pensar o pensado, repetindo, portanto, os discursos convencionais, propagados pelo senso comum, eruditos na aparência, mas, em essência, vazios de sentido ou propósitos, exceto o de angariar a simpatia necessária à devida projeção social:

Uma vez entrando na carreira, debes por todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente. (...) Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso desse nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina (...). Não, refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloqüente, eis aí uma esperança. (...) Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocados jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. (...) Melhor do que tudo isso, porém, (...) são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um

esforço inútil. (...) De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado (ASSIS, s/d, p. 86-89).

Essa é precisamente a imagem, construída por Machado de Assis, do homem público, destituído de qualquer valor moral ou sentimento patriótico – bem distante do nacionalismo utópico e ingênuo da figura quixotesca de Policarpo Quaresma, como veremos a seguir –, revelando-se também aqui o desencanto machadiano em relação ao futuro de um país arcaico que se quer vestido com ares de modernidade. Não estranha, pois, e Machado sabia muito bem disso, que grande parte dos projetos de desenvolvimento não tenham ultrapassado o plano das elaborações discursivas, não deixando de se servir, para tanto, sempre que necessário, das “ciências” em voga na segunda metade do século XIX para legitimá-los. *Condeno a aplicação, louvo a denominação*, diz o pai ao futuro Medalhão, *o mesmo direi de toda a recente terminologia científica; debes decorá-la. (...) Como tens de ser medalhão mais tarde, convém tomar as armas de seu tempo* (ASSIS, s/d: 89). E mais do que tudo, acrescenta o pai, convém lembrar a importância da propaganda, não importa a relevância do fato, é preciso colocar sua figura em evidência, fazendo-se notar publicamente:

Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é a dona loureira e senhoril, que tu debes requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinha, cousas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimentos e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante ações heróicas ou custosas é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um Tratado Científico da criação dos carneiros, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo. (...) Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explico-te. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais (ASSIS, s/d, p. 90).

De acordo com o enfoque dado por Sérgio Buarque de Holanda às relações entre o público e o privado, tanto no Brasil colônia quanto na passagem da colônia para a nação politicamente independente, as práticas de intimidade vão se produzindo no processo de formação dos Estados, isto é, na própria gestação da nação no interior da colônia, da mesma forma como se repetem mais tarde na passagem do Brasil monárquico para o Brasil republicano. É o que podemos ver, por exemplo, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, onde encontramos o ainda incipiente governo do Marechal Floriano Peixoto, que, contrariando os princípios republicanos, se tenta firmar sob bases muito mais ditatoriais do que democráticas, visto que não deixa de governar antes de tudo em causa própria, a favor de uma elite, e não em função de um estado verdadeiramente nacional, interessado no bem estar social e no desenvolvimento da nação. Aliás, é traíndo os princípios constitucionalistas que ele se mantém no poder. Daí o desencanto do Major Quaresma, ao concluir que lutou a sua vida inteira por uma ilusão, defendendo uma imagem do Brasil que existia apenas em sua imaginação:

Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a Pátria, por amá-la e querê-la muito, no

intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. (...) Desde os dezoito anos que tal patriotismo o absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. (...) A Pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do Dr. Campos, a do homem do Itamarati (ALMEIDA, 1995, p. 196-197).

Quaresma acaba, assim, de forma irônica, morrendo pelas mãos do mesmo sistema que ferozmente defendeu, ciente enfim de que o governo pelo qual ingenuamente lutara não desejava servir senão às suas próprias ambições – às do Tenente Antonino, às do Dr. Campos, a do homem do Itamarati e de quem mais interessasse proteger. A História nos prova que homens como Quaresma, *de tão profundos sentimentos patrióticos*, tiveram sempre o mesmo *triste fim*, considerados loucos, e por isso extraídos do sistema. O descomprometimento com o coletivo faz com que impere o individualismo, símbolo da resistência a uma construção social em que o interesse geral importa mais do que o particular. É por isso que todos os projetos do Major Quaresma acabam fadados ao fracasso.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, o que teriam ainda em comum o “homem cordial” e Macunaíma, de Mário de Andrade? A princípio nos parece que nada, visto que o primeiro é filho legítimo de uma sociedade patriarcal, enquanto o segundo sequer tem pai definido, o que faz dele um herói “sem nenhum caráter”, isto é, sem filiação legítima, em última análise, um filho bastardo da miscigenação que distingue a identidade brasileira. Em essência, não comporiam, então, os dois um só, considerando que Macunaíma é *o herói de nossa gente*, um tipo especificamente brasileiro?

Por outro lado, não importa o estrato social a que pertencem, nem a legitimidade de sua filiação, parece que tanto um quanto o outro, como todo bom “malandro” brasileiro, servindo-se amplamente de sua “cordialidade”, no intuito de gozar a vida, encontram sempre um “jeitinho” de encontrar saídas que burlam a lei. Seguindo a dialética da malandragem, o que importa é levar vantagem em qualquer situação sem, contudo, alterar a aparente ordem do sistema. Daí o passeio visivelmente descontraído entre o universo da ordem e da desordem, que marca desde sempre o caos que se esconde sob a aparente organização do estado político-social brasileiro, como tão bem ilustrou Manoel Antônio de Almeida, em *Memórias de um Sargento de Milícias* (Cf. CANDIDO, 1970). Aventureiro, falta a Macunaíma, tanto quanto ao “homem cordial”, o espírito de trabalho. O que ele deseja, na verdade, é o lucro rápido e fácil, a notoriedade, passar por ilustrado. Em síntese, como o “homem cordial”, Macunaíma é profundamente individualista. Faz o que tem vontade e gosta sem preocupações sociais.

Afinal, não foi exatamente isso que a história de Leonardo, nosso Sargento de Milícias, nos mostrou? Não é a mesma “amoralidade” que defende a teoria do Medalhão, ensinada de pai para filho? Não foi essa a razão do desconsolo do Major Policarpo Quaresma, quando, já no final de sua existência, compreende que a sua pátria amada nascera corrompida pelas mãos de tantos medalhões? Não foi desse mesmo “jeitinho” que se valeu Macunaíma para, entre tantas outras peripécias, enganar as Icamíabas, surrupiando-lhes mais “dindim” para continuar “brincando” em São Paulo? Não foi esse mesmo poder renitente que Drummond viu gravado nos bens e no sangue herdados dos seus antepassados? Não foi dessa carga secular que ele procurou tantas vezes se livrar, sem conseguir, quando escolheu ir ser *gauche* na vida, negando uma tradição que, paradoxalmente, sempre esteve presente em sua poesia, como atesta em “Os bens e o sangue”?

*Os parentes que eu tenho não circulam em mim.
Meu sangue é dos que não negociaram, minha alma é dos pretos,
minha carne dos palhaços, minha fome das nuvens,
e não tenho outro amor a não ser o dos doidos.*

*Salva-me, capitão, de um passado voraz.
Livra-me, capitão, da conjura dos mortos.
Inclui-me entre os que não são, sendo filhos de ti.
E no fundo da mina, ó capitão, me esconde.
(DRUMMOND, 2002, p. 286)*

A mesma idéia está exposta no poema “A mesa”, que também retrata de forma significativa toda a carga da tradição patriarcal. Nas palavras dirigidas ao pai, num encontro imaginário, mas nem por isso menos intenso, o filho parece se desculpar pela postura assumida, justificando-se: *Não importa: sou teu filho/ como ser uma negativa/ maneira de te afirmar*. Não teria sido, efetivamente, a maldição dos antepassados mais poderosa do que a sina anunciada pelo *anjo torto*, no “Poema de sete faces”, como se faz notar outra vez nos versos de “Os bens e o sangue”?

*Ó poeta de uma poesia que se furta e se expande
à maneira de um lago de pez e resíduos letais...
És nosso fim natural e somos teu adubo,
tua explicação e tua mais singela virtude.
Pois carecia que um de nós nos recusasse
para melhor servir-nos. Face a face
te contemplamos, e é teu esse primeiro
e úmido beijo em nossa boca de barro e de sarro.
(DRUMMOND, 2002, p. 286)*

O jovem mineiro destinado a ir ser *gauche* na vida, com sua *fome de nuvens*, não acaba também ele assumindo, por longos anos, a par do ofício de poeta, cargos públicos? Em 1930, de auxiliar de gabinete do Secretário de Interior Cristiano Machado, passa a oficial de gabinete quando seu amigo Gustavo Capanema substitui Machado, acompanhando-o, ainda, em 1933, quando é nomeado Interventor Federal em Minas Gerais. Em 1934, segue para o Rio de Janeiro, onde passa a trabalhar como chefe de gabinete de, outra vez, Gustavo Capanema, novo ministro de Educação e Saúde Pública. Em 1935, responde pelo expediente da Diretoria-Geral e é membro da Comissão de Eficiência do Ministério da Educação. Em 1945, deixa a chefia de gabinete de Capanema, ano em que é chamado por Rodrigo M. F. de Andrade para trabalhar na diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde mais tarde se tornará chefe da Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento. Em 1962, após 35 anos de serviço público, aposenta-se como Chefe de Seção da DPHAN, recebendo carta de louvor do ministro da Educação, Oliveira Brito: *Pois carecia que um de nós nos recusasse/ para melhor servir-nos*.

Embora muito mais pudesse ser dito a propósito do tema sugerido, o que certamente será feito num estudo mais alongado, termina-se lembrando que a leitura crítica de certos retratos do Brasil, tenham sido eles delineados através da ficção ou pela mão dos chamados intérpretes do Brasil, entre os quais incluímos Sérgio Buarque de Holanda, permite-nos avaliar, sob diferentes parâmetros, a cultura

brasileira, resgatando a reflexão, sempre necessária, sobre a formação do nosso país, entendendo, também, porque a pergunta acerca da construção de uma identidade brasileira percorre tão de perto e tão freqüentemente os textos literários dos nossos autores mais representativos.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, 411 p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, 1599 p.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Lisboa: Antígona, 1998, 235 p.

ASSIS, Machado de. *Seus trinta melhores contos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, 387 p.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 3. ed. São Paulo: FTD, 1995, 215 p.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, 85 p.

CANDIDO, Antonio. "Dialética da Malandragem". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1970, nº 8.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, 569 p.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 234 p.

MATTA, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, 126 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 220 p.

TEIXEIRA, Jerônimo. *Drummond cordial*. São Paulo: Nankin Editorial, 2005, 239 p.